

COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA – MG: CONSIDERAÇÕES GERAIS

THIAGO ALVES ROSA¹

GEISA DAISE GUMIERO CLEPS²

RESUMO:

O comércio ambulante de alimentos em Uberlândia (MG) segue uma tendência de crescimento e expansão observada na maioria dos países em desenvolvimento e que engloba a maioria das atividades informais. Esse desenvolvimento se dá em razão da diminuição de empregos em setores mais tradicionais da economia como a agricultura e, mais recentemente, da indústria, além de um processo de detrimento e precarização das atividades formais do setor terciário. Em um cenário econômico cada vez mais volátil e imprevisível, os trabalhadores que não conseguem se adequar às novas necessidades do mercado são marginalizados e excluídos do atual processo de internacionalização econômica. Assim a informalidade surge como uma possibilidade de sobrevivência e de perpetuação dos trabalhadores dentro do circuito inferior da economia, que adquire características únicas dentro da vida cotidiana das cidades. Em Uberlândia esses processos originam um circuito de consumo semelhante aos observados em cidades brasileiras do mesmo porte, mantendo, porém, certos nuances peculiares que garantem uma dinâmica diferenciada e intimamente integrada à história do desenvolvimento da cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Ambulantes de alimentos. Comércio informal. Práticas comerciais. Uberlândia – MG.

ABSTRACT:

The street vendors of food in Uberlândia (MG) follow an upward trend and expansion observed in most developing countries and that includes most informal activities. This development occurs due to the decrease in jobs in more traditional sectors of the economy such as agriculture and, more recently, the industry, and a process of detriment and impoverishment of the formal activities of the tertiary sector. In an increasingly volatile and unpredictable economic environment, workers who cannot adapt to the new market needs are marginalized and excluded from the current process of economic globalization. So informality emerges as a possibility for survival and perpetuation of workers in the lower economic circuit, which acquires unique features within the everyday life of cities. In Uberlândia these processes originate consumption circuit similar to those observed in Brazilian cities of the same size, maintaining, however, certain peculiar nuances which guarantee a different dynamic and closely integrated to the history of the city development.

KEYWORDS:

Street food. Informal trade. Business practices. Uberlândia - MG.

¹ Graduado em Geografia no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

² Professora Doutora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

1. INTRODUÇÃO:

O sistema capitalista caracteriza-se internamente, entre outros fatores, pela capacidade de adaptação frente às crises que atingem suas bases estruturadoras. Nesses períodos, sua força motriz se modifica tanto superficialmente quanto estruturalmente, para que o capital, e também as formas de produção e acumulação que existem em seu cerne possam continuar existindo e se perpetuando.

Dentro desse processo a sociedade também sente a necessidade de se adaptar para continuar coexistindo com a nova organização. Os trabalhadores, que se configuram como um pilar essencial das mudanças, acabam impelidos a se adequar, muitas vezes de maneira totalmente arbitrária e alienante, para competir no mercado de trabalho ou simplesmente para continuar em seus empregos. Os que não conseguem se inserir nesse mercado formal ficam à margem da economia e da sociedade, perdendo sua legitimidade perante o Estado por não mais pertencer ao circuito econômico de produção e consumo.

Nesse contexto, que tem se intensificado nas últimas décadas, observamos em determinados períodos o aumento do desemprego de forma estrutural, a diminuição do número de trabalhadores assalariados e o crescimento dos que trabalham por conta própria.

A transferência de postos de trabalho da indústria para o comércio e para a prestação de serviços implicou, também, a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria. Assim, uma importante mudança que vem ocorrendo nos últimos vinte anos, no Brasil, é a substituição do emprego formal, com registro em Carteira de Trabalho, pelo emprego informal. (CLEPS, G. D. G. 2005, p59)

Associado a isso observamos uma mudança na estrutura ocupacional do país “com uma diminuição gradativa, desde os anos 1980, da mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário, e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas.” (KRAYCHETE, G. 2000. p. 3). Muitos dos empregos gerados pelo setor terciário são voláteis e sem perspectivas de continuidade em longo prazo, além de uma remuneração relativamente menor e não raro os casos com péssimas condições de trabalho. Apesar de novas vagas serem criadas continuamente, em determinados setores da economia, muitos trabalhadores não conseguem acompanhar o grau de qualificação que é exigido para ocupar esses postos, aumentando assim o contingente da população sem carteira assinada.

O grande número de trabalhadores expulsos do campo pelo avanço da mecanização da agricultura no Brasil teve um grande impacto nos anos 1970, principalmente na região Sudeste. Esse processo, aliado às necessidades crescentes do setor terciário e aos incentivos existentes, fez com que houvesse uma intensa migração de trabalhadores dentro da região Sudeste principalmente do campo para as grandes cidades. O setor de serviços que estava em ritmo acelerado de crescimento se beneficiou com a abundância de mão de obra para se desenvolver, mas que logo se mostrou incapaz de absorver o crescente número de desempregados ou de, minimamente, fornecer condições dignas de trabalho para os contratados.

Essa dinâmica migratória e de mudança na estrutura de trabalho se deu inicialmente na região Sudeste porém, se repetiu posteriormente, mesmo que em menor escala, nas outras regiões do país, sendo que os efeitos causados por esse processo ainda reverberam com intensidade em determinados pontos do território brasileiro. O aumento do comércio informal existente na cidade de Uberlândia também responde a vários dos fatores citados, mas, principalmente, a chegada da agricultura mecanizada no campo e a inserção do cerrado na agricultura globalizada, que revolucionou as formas de produção existentes e resultou em um imenso contingente de desempregados que rumaram aos centros urbanos em busca de emprego.

Nesse cenário extremamente desfavorável a estabilidade de empregos, os trabalhadores foram induzidos a procurarem novas formas de subsistência. As cidades, que são ambientes de heterogeneidades, ofereceram uma vasta gama de possibilidades informais de trabalho e renda. Os ambulantes autônomos, por exemplo, dedicam-se a nichos existentes no mercado, onde possam atuar sem necessidade de grandes somas de investimentos ou de técnicas mais elaboradas, atuando, principalmente, em pequenos negócios urbanos como o comércio ambulante.

No Brasil, o fenômeno do trabalho ambulante é antigo, sendo, por exemplo, o principal fornecedor de alimentos frescos e perecíveis das cidades no antigo Brasil colonial. A venda desses produtos não era direcionada exclusivamente às classes pobres, mas sim voltada a um perfil geral de consumidores, uma vez que esses ambulantes representavam quase todo o comércio de alimentos existentes nos centros urbanos. Esse tipo de comerciante se beneficia de um modelo simples de obtenção dos produtos, de logística e comercialização dos itens. Por isso, essa modalidade sempre esteve presente na história das cidades, resistindo e se adaptando à evolução das técnicas, das formas produtivas e do próprio sistema de produção.

Na cidade de Uberlândia esse fenômeno é bem mais recente do que em muitas cidades brasileiras. Remetendo-se mais acentuadamente aos grandes fluxos demográficos que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida e desenvolvimento, como cita Cleps:

Em cidades do interior, a exemplo de Uberlândia, de porte médio, o fenômeno dos camelôs e ambulantes é mais recente. Esses começam a fazer parte do urbano a partir do momento em que a cidade passa a atrair fluxos demográficos, através da criação de frentes de trabalho como a implantação de distritos industriais e a conseqüente expansão comercial, com a instalação de estabelecimentos de ensino, principalmente de nível superior, com a criação de hospitais, enfim, uma série de infra-estruturas urbanas que acabaram atraindo um grande número de migrantes, oriundos principalmente das cidades polarizadas por Uberlândia. (CLEPS, G. D. G., 2009, p.336)

O mercado, porém, não comportou o crescente número de trabalhadores que chegaram. Esses trabalhadores, então, tiveram de se adaptar, recorrendo às possibilidades de renda existentes sendo que muitos se voltaram ao setor informal para conseguirem se sustentar, montando assim uma estrutura inicial do que viria a ser o comércio informal de Uberlândia.

Neste sentido, a pesquisa teve como principal objetivo estudar o comércio informal de alimentos em determinados pontos da cidade de Uberlândia. Para tanto, buscou-se identificar os principais produtos vendidos pelos ambulantes de alimentos em locais centrais e de grande fluxo de pessoas e, a partir desse ponto, traçar o perfil socioeconômico dos vendedores desses produtos alimentícios, bem como as técnicas que são utilizadas por eles tanto no âmbito de produção dos alimentos, quanto no auxílio das vendas. Ainda foi possível, avaliar a importância e o impacto desse comércio na população e na cidade como um todo.

FIGURA I: Localização da Área de Estudo.

Fonte: Laboratório de Cartografia – Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Elaboração: OLIVEIRA, L. F. M. de, 2007
Organização: BORGES, R. F, 2007.

FIGURA II: Pontos de coleta de dados no Trabalho de Campo.

Fonte: Google Maps
Elaboração: MAGALHÃES, C. S.2012
Organização: ROSA, T. A.2012.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se desenvolveu na área central da cidade de Uberlândia; englobando ruas, avenidas e as principais praças existentes no centro. Também foram realizadas pesquisas nas redondezas do Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e em algumas vias importantes da cidade, que se tornam atrativas para o comércio ambulante.

Esses lugares foram escolhidos por concentrarem a maior parte do comércio ambulante informal da cidade. Apesar deste tipo de comércio ser encontrado em quase todas as partes da cidade, foi necessário estabelecer alguns locais fixos para o estudo. Podemos citar como exemplos as Praças Sérgio Pacheco, Tubal Vilela, Professor Jacy de Assis, Coronel Carneiro, Adolfo Fonseca, as avenidas João Naves de Ávila, Pará (em frente ao Hospital de Clínicas da UFU), Segismundo Pereira, entre outras.

Esses endereços compreendem grande parte do fluxo de pessoas nas áreas centrais e no entorno do HC que juntos permitem uma visão mais geral e completa dos tipos de alimentos oferecidos pelos ambulantes e suas relações com o meio e com a informalidade. Desse modo, a pesquisa não se restringe apenas a realidade de um lugar, mas estabelece um nexo entre as várias realidades existentes no espaço da cidade.

Inicialmente, foi desenvolvido um estudo bibliográfico sobre a economia informal e seus aspectos gerais, tomando notas sobre as suas várias definições nos seus diferentes contextos. Somente a partir das definições sobre a economia informal e como ela se configura no ambiente urbano foi possível partir para um estudo mais focado no comércio informal de alimentos praticado na cidade.

Na pesquisa bibliográfica buscou-se por artigos científicos sobre a economia informal, a economia subterrânea e as economias negras. Cada uma dessas formas de comércio contém suas características e subjetividades, contribuindo de maneiras diferentes para uma análise mais abrangente do contexto econômico. Posteriormente, a pesquisa pautou-se na economia informal de alimentos, em estudos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da temática como artigos, notícias, informes e comunicados oficiais. A partir daí estabeleceu-se a análise maior na cidade de Uberlândia.

Outro ponto importante foi à análise e comparação dos decretos municipais que objetivam regular as atividades do comércio ambulante em Uberlândia. Esses decretos são uma medida da administração municipal para organizar e regulamentar as atividades

dos ambulantes na cidade, constituindo um material importantíssimo para se entender o funcionamento dessas atividades dentro do ambiente urbano.

Por fim,efetuou-se o trabalho de campo no qual foram aplicados questionários para os ambulantes em vários pontos da cidade. Esse questionário teve por intuito recolher dados socioeconômicos dos trabalhadores, bem como a identificar os produtos por eles comercializados. Essas informações oferecem a possibilidade de conhecer melhor o trabalho desses indivíduos.

Na primeira parte do questionário temos os dados gerais que servem exclusivamente para identificar o local em que o ambulante foi entrevistado, o tipo de alimento comercializado sem a identificação do pesquisado.Na segunda parte foram levantados os dados pessoais dos trabalhadores. Composta por 14 questões procurou-se identificar e caracterizar o perfil de cada entrevistado destacando:a idade, aposentadoria, sexo, estado civil, filhos ou dependentes, naturalidade, se reside em Uberlândia,há quanto tempo, grau de escolaridade, se frequentou algum curso técnico, quantos, casa própria, em qual situação de moradia se encaixa, principal meio de locomoção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

3.1 A Economia Informal

Ao lidarmos com atividades do setor informal encontramos vários problemas para sua análise, a começar pela própria definição de “economia informal” que é um termo que agrupa uma vasta gama de atividades econômicas muito diferentes entre si. Conforme cita Bagnasco (1997, p. 14, 15): “Esses fenômenos são diferentes um do outro de um modo tão vasto que tudo o que podemos fazer para reuni-los conceitualmente é rotulá-los com um termo negativo, não pelo que são, mas pelo que não são”.

Na tentativa de generalizar algumas atividades que não se enquadram nas definições formais da economia, tem-se buscado estabelecer algumas semelhanças entre elas. Podemos citar a definição de algumas dessas atividades como:

El término economía “informal”, uno de los primeros en surgir, hace referencia, en la mayoría de los casos, a la producción en pequeña escala o a actividades artesanales que se llevan a cabo principalmente en los países en desarrollo. Los términos economía “escondida” y “subterránea” han sido asociados con la evasión de impuestos. En algunos casos, sin embargo, la economía “escondida” es entendida como el ingreso nacional no registrado, el cual puede ser superior a la parte del ingreso que no paga impuestos. Los términos economía “paralela” y “negra” han sido vinculados principalmente con el lavado de activos. En tanto que, economía “no oficial” y “no registrada” se refieren a actividades que escapan de la recolección de cifras realizadas por los organismos oficiales. (ARANGO, C. A.; MISAS, M. A.; LÓPEZ, E., s/d, p.4)

No estudo sobre o comércio ambulante de alimentos os termos que melhor podem ser utilizados para definir tal processo são os de “não oficial”, “não registrada” e o de “informal”, pois esses vendedores são, em sua maioria, pequenos produtores autônomos e ambulantes e não empresas que praticam atos ilícitos, como a sonegação de impostos ou lavagem de dinheiro. O termo “informal” abrange os outros dois termos, e nos permite ser mais específicos, limitando o nosso objeto à produção artesanal e em pequenas escala e as atividades e autônomas típicas do trabalho ambulante.

3.2 O poder da informalidade

A pesquisa sobre Economia Informal Urbana –(ECINF) 2003, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), definiu as atividades informais como “unidades econômicas pertencentes a trabalhadores por conta própria e a empregadores com até cinco empregados, incluindo todos os proprietários (sócios) desses empreendimentos” (SEBRAE, 2003, p.11). É importante ressaltar que essa pesquisa foi realizada no período entre os anos de 1997 até 2003, refletindo apenas um pequeno espaço de tempo. Portanto, essa análise amostral deve ser considerada juntamente com dados históricos de outras pesquisas.

Segundo o relatório do IBGE, ao final da pesquisa, “Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados.” (IBGE, 2003, p.29). Podemos observar com isso que os autônomos constituem a maior parcela do comércio informal das cidades. Esse fato deve-se principalmente, à facilidade de se abrir um pequeno negócio, onde se use apenas sua própria força de trabalho, sendo muito mais simples e barato do que as outras formas comerciais.

Os motivos que levam os trabalhadores a recorrer à informalidade são muitos e acarretam vários problemas burocráticos e sociais,

Quando os trabalhadores perdem seus empregos regulares e mergulham na informalidade do trabalho por conta própria, experimentam uma diminuição da sua renda média, somada a uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social. Tudo passa a depender do próprio indivíduo, que deve criar e manter o seu próprio trabalho. Como não contribuem para a Previdência Social, os trabalhadores por conta própria, em sua quase totalidade, estão excluídos do direito à aposentadoria e enfrentam a ameaça incontornável da obtenção de algum rendimento na eventualidade de doenças ou acidentes que interrompam o trabalho que realizam. (KRAYCHETE, G. 2000, p. 6)

A informalidade, portanto, não é uma opção estritamente vantajosa para os trabalhadores autônomos do ponto de vista social e jurídico. Trata-se de uma maneira de subsistência simplória, sendo que muitas vezes é a única maneira encontrada para escapar da miséria.

No gráfico 1 observamos o aumento do número de pequenos empreendimentos na área urbana do Brasil.

GRÁFICO I - Pequenos empreendimentos na área urbana



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Urbana 1997/2003.

Organização: ROSA, T. A. 2012.

O número de empresas informais tem se mantido perto da média das pequenas empresas não agrícolas formais, mantendo a mesma média de crescimento. Porém, após décadas de crescimento do setor informal, e mesmo que os dados recolhidos na pesquisa do IBGE mostrem um crescimento constante, existem dados que mostram que pode estar

ocorrendo um momento de estagnação na informalidade devido a um processo de saturação.

O baixo desempenho dos negócios informais indica que pode estar ocorrendo processo de saturação desse setor, depois do forte crescimento ocorrido nas últimas décadas, quando as atividades informais no Brasil absorveram elevados contingentes de pessoas, como alternativa à falta de oportunidades de emprego no mercado formal de trabalho. (SEBRAE, 2005, p.16)

Essa estagnação pode ser explicada também pelo momento de baixo crescimento econômico que o país vivia no período entre os anos de 1997 e 2003.

TABELA I – Distribuição das empresas do setor informal segundo grupos de atividades.

Grupos de atividade	Empresas do setor informal		
	Total	Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Empresas lucrativas			
Total	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação e Extrativa	17,0	17,3	15,8
Construção Civil	11,0	10,4	14,4
Comércio e Reparação	35,6	35,8	34,6
Serviços de Alojamento e Alimentação	8,0	7,8	9,0
Transporte, Armazenagem e Comunicações	8,8	9,5	4,5
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados às Empresas	6,9	6,5	8,9
Educação, Saúde, e Serviços Sociais	3,2	2,5	7,4
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	8,8	9,4	5,2
Outras Atividades	0,3	0,3	0,3
Atividades mal definidas	0,5	0,5	0,1

Fonte: Economia Informal Urbana – ENCIF 2003 – IBGE (Tabela 15)
Organização: ROSA, T. A. 2012.

Na tabela anterior podemos analisar a distribuição das empresas pelos grupos de atividades no Brasil. Nota-se que o setor de alimentação aparece juntamente com os serviços de alojamento, não se configurando entre os três mais rentáveis em lucros. Essa questão se deve ao fato de que o comércio de alimentos tende a ser mais bem generalizado, espacializado e com ganhos fragmentados, não se constituindo como um negócio com grandes margens de lucro. Na maioria das vezes serve apenas como opção de subsistência para os trabalhadores.

A facilidade de se iniciar um empreendimento ambulante de alimentos leva a uma grande concorrência nos grandes centros urbanos, o baixo custo das técnicas de produção acaba agravando esse cenário. Com a concorrência elevada os preços dos produtos acabam sendo bem baixos nas ruas, diminuindo assim o lucro dos vendedores, e servindo apenas para se dar continuidade no negócio sem nenhuma perspectiva de futuro a longo prazo.

Na tabela a seguir, temos o número de empresas por proprietários no Brasil

TABELA II - Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o número de proprietários e os grupos de atividade Brasil - 2003

Número de proprietários e grupos de atividade	Empresas do setor informal		
	Total	Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	10 335 962	9 096 912	1 239 050
Indústrias de Transformação e Extrativa	1 630 580	1 441 103	189 477
Construção Civil	1 808 840	1 638 037	170 803
Comércio e Reparação	3 403 804	2 950 813	452 991
Serviços de Alojamento e Alimentação	719 107	607 302	111 805
Transporte, Armazenagem e Comunicações	831 421	776 774	54 647
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados			
às Empresas	655 467	551 585	103 882
Educação, Saúde e Serviços Sociais	341 135	252 017	89 118
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	823 751	762 815	60 936
Outras Atividades	34 036	29 658	4 378
Atividades mal definidas	87 821	86 807	1 014

Fonte: IBGE, 2005

Organização: ROSA, T. A. 2012.

Os números apresentados nos revelam que os trabalhadores por conta própria são quase seis vezes mais do que os empregadores. Observa-se um grande predomínio dos pequenos negócios de alimentos, sendo que a maioria desses são ambulantes que comercializam produtos naturais, artesanais ou pequenos produtos industriais como sorvetes e balas.

Na cidade de Uberlândia existem vários decretos que buscam regulamentar o comércio informal. Alguns deles tratam exclusivamente da venda de ambulantes no centro da cidade. O Decreto nº 8813, de 22 de maio de 2002, estabelece vários pontos para ambulantes na praça Jacy de Assis (Av. Floriano Peixoto) - centro e no Parque do Sábida (no Bairro Tibery). O Decreto nº 8342, de 29 de novembro de 2000, estabelece vários outros pontos em diferentes praças da cidade, fixando os tipos de alimentos que podem ser comercializados em cada uma delas.

O Decreto nº 8139, de 27 de março de 2000, é, talvez, o de maior importância para a regulamentação do comércio informal na cidade. Ele trata das disposições preliminares que o ambulante deve ter para concorrer às vagas nos pontos disponibilizados pela Prefeitura Municipal, do processo de seleção, das autorizações e dos alvarás de licença, da fiscalização dos locais, e da instalação e publicidade, dos equipamentos e utensílios a serem utilizados, dos produtos que devem ser comercializados nos pontos, da manipulação e das condições de vendas e, por fim, das penalidades que serão atribuídas em determinados casos em que não se cumpra o que foi previamente determinado pela prefeitura.

A regulamentação do comércio ambulante em Uberlândia é bem abrangente no seu contexto. Busca melhor espacializar os vendedores, evitando assim a saturação dos pontos, através de locais adequados e fixos para a comercialização dos produtos. Porém, ela não atende a maioria dos informais da cidade. O número dos ambulantes é demasiado grande para ser fiscalizado e alocado para algum dos pontos disponíveis, o que acaba ocorrendo é a invasão de pontos e a saturação de vendedores nas localidades mais movimentadas das cidades.

Esses decretos devem ser revistos constantemente e adaptados para atender as variadas necessidades que possam surgir, além de fornecer melhores métodos de planejamento. Porém, de nada adianta apenas bloquear a entrada de mais ambulantes no mercado se não houver nenhuma política pública de investimento em educação e treinamento para que essas pessoas possam ingressar no modelo econômico vigente e ocupar postos no mercado formal.

3.3 Trabalho de Campo

O trabalho de campo para a aplicação dos questionários para os ambulantes foi desenvolvido no período entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Ao todo foram entrevistados 30 ambulantes na parte central de Uberlândia, em frente ao Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e também em algumas vias importantes e com grande fluxo de pessoas. Isso permitiu que a pesquisa não ficasse restrita a apenas um local ou a um ambiente, o que poderia restringir bastante os resultados visto que cada localidade tem um perfil sócio espacial diferente e apresenta uma dinâmica com subjetividades únicas na cidade.

Além de buscar espaços diferentes no centro da cidade outro aspecto importante a ser considerado é a amostragem utilizada. Os 30 perfis obtidos com o questionário

representam estatisticamente a quantidade real dos ambulantes e nem as porcentagens obtidas podem ser considerada como um valor universal para todos os ambulantes da cidade. A pesquisa buscou a maior variedade de comerciantes possíveis, dadas as dificuldades enfrentadas, para conhecer diferentes realidades, como a forma com que os vendedores se relacionam com o seu status social e com os consumidores. Um vendedor de sorvete, por exemplo, tem um perfil bastante diferente daqueles que se dedicam à venda de frutos de época. Assim, obteve-se um material mais heterogêneo que permitiu um estudo tanto qualitativo quanto quantitativo, como a montagem e a análise dos perfis socioeconômicos e culturais desses trabalhadores e a visualização da espacialização deles na cidade de Uberlândia.

Ao ser efetivada a pesquisa em campo, foram constatadas várias dificuldades para o estudo do comércio ambulante de alimentos, que estão presentes em todos os setores da informalidade. Não é difícil localizar ambulantes ou negócios informais nas grandes cidades, pois, como explicado, tais negócios estão arraigados ao cotidiano e são encarados como um fato corriqueiro pelos transeuntes. Porém, por estarem situados muitas vezes à margem da lei, a maioria evita se expor aos veículos de informação e, principalmente, a fiscalização da Prefeitura.

Até mesmo as pesquisas ou estudos desenvolvidos por institutos ou Universidades são encarados com desconfiança. Houve certa dificuldade no trabalho de campo por estes motivos. Todos eles se mostraram bastante desconfiados em relação ao objetivo do estudo, porém ao ser explicado que o estudo era científico e que nenhum dos dados pessoais seria publicado ou expostos, servindo apenas para fins estatísticos, muitos aceitaram responder ao questionário. Entretanto, é importante frisar que, mesmo com todas as explicações, um grande número de ambulantes rejeitou a pesquisa com medo de alguma retaliação ou exposição. Grande parte dessa desconfiança se deve ao fato de que os ambulantes acreditam que a Universidade é uma extensão da Prefeitura Municipal e, sendo assim, os dados obtidos ali poderiam ser utilizados pelos fiscais para algum tipo de remanejamento ou para retirar os ambulantes dos pontos.

O fato de muitos não aceitarem participar do trabalho é bem compreensivo, pois a questão da fiscalização por parte da Prefeitura é um tema constante e recorrente. Por se tratar de um comércio sem regulamentação, cobrança de taxas e impostos por parte do município fica impossibilitada. Por esse motivo ao serem pegos vendendo algum tipo de alimento, principalmente no centro da cidade, os ambulantes não formalizados tem

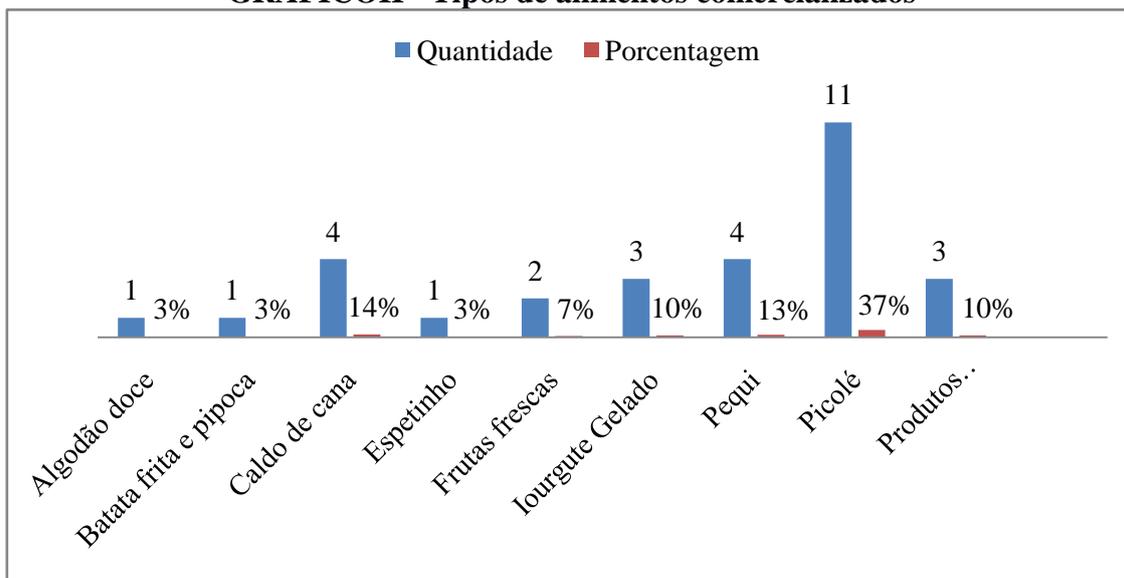
seus produtos e equipamentos confiscados representando um enorme prejuízo o que pode levar até a desistência do trabalho.

Alguns produtos são mais tolerados que os outros, são os casos, por exemplo, de picolés e sorvetes que, apesar de equipamento regular, muitos dos trabalhadores não têm permissão para vender na região central. Outros, como o de frutas, enfrentam forte oposição, sendo bastante prejudicados pelos fiscais. Nesse caso, os ambulantes trabalham sobre pressão constante, sempre se preparando para recolher o material e “fugir”.

Inicialmente, devemos considerar quais são os principais tipos de alimentos comercializados pelos ambulantes nesses locais. Através desse dado podemos estabelecer algumas considerações importantes sobre quais são os alimentos mais consumidos, a frequência com que eles aparecem e verificar a especialização desses trabalhadores na cidade, além de auxiliar na análise dos outros dados obtidos.

No gráfico 2 temos os principais alimentos comercializados pelos ambulantes entrevistados em campo, juntamente com a quantidade de ambulantes encontrados em cada modalidade. Também foi calculada a porcentagem que cada um representa dentro do universo da amostragem. Conforme salientado anteriormente, foram entrevistados um total de trinta ambulantes, sendo que na metodologia utilizada em campo a prioridade foi dada a uma maior cobertura do espaço central da cidade e de algumas outras vias importantes, evitando assim que ficassem concentradas em apenas alguns locais.

GRÁFICO II - Tipos de alimentos comercializados



Fonte: Trabalho de campo – Dezembro/Janeiro de 2011/2012.
Organização: ROSA, T.A., 2012.

É necessário ressaltar que a porcentagem obtida na pesquisa não serve como base para mensurar a quantidade total de ambulantes ou de cada um dos tipos de alimentos. O número de ambulantes existentes na cidade é muito grande, sendo que mesmo para a prefeitura, o recenseamento deles, de maneira efetiva, é extremamente difícil e dificultada pela própria fluidez típica desse tipo de comércio. E, por ser uma forma relativamente fácil de iniciar um negócio, a informalidade atrai um contingente significativo de trabalhadores todos os anos, mesmo que eles já tenham outras fontes de renda.

Observando o gráfico percebe-se o predomínio dos vendedores de picolé no mercado ambulante. Esse fato pode ser observado claramente por quem passa pelo centro da cidade e é notado também nas ruas dos bairros e na periferia. Isso acontece principalmente pela facilidade de se comercializar esse produto e também por ser relativamente fácil conseguir o equipamento para o trabalho. É importante citar que nenhum dos vendedores de picolé ou de iogurte gelado eram donos de seus próprios equipamentos, todos trabalhavam de forma terceirizada no comércio de rua.

Esses vendedores obtêm o “carrinho” térmico, que é o equipamento utilizado nessa modalidade, diretamente com as sorveterias, mediante o pagamento de uma parte nos lucros, geralmente 50%. Nesse caso é importante ressaltar que nem todos são informais. A sorveteria, que cede o equipamento, paga impostos para a Prefeitura para poder exercer esse tipo de comércio. Porém, existe um imposto a parte que deve ser pago pelos ambulantes para que eles possam ter direito a um espaço de 1 metro² no chão onde, pela Lei, estão autorizados a comercializar os produtos. Para isso, o ambulante deve estar cadastrado na Prefeitura, que disponibilizara uma vaga em algum local previamente decidido. Mas, o número de ambulante supera em muito as vagas existentes. Quando o imposto é pago regularmente e o local frequentado é aquele determinado o ambulante pode ser considerado formal. Entretanto, apenas um caso de formalidade desse tipo foi identificado em campo e, mesmo assim, esse ambulante tinha mudado seu ponto por conta própria, não estando no lugar que tinha sido determinado.

Existe uma alta rotatividade de trabalhadores nessa modalidade, pois a mesma não oferece uma renda interessante em relação ao tempo e ao esforço despendidos. Segundo os próprios vendedores ela se configura como um “bico” ou um mero complemento de outros tipos de renda, como a aposentadoria ou a pensão, ou como um trabalho temporário enquanto se espera outra oportunidade. A fiscalização, nesses casos, faz uma espécie de “vista grossa” para eles, existindo certa tolerância por parte das

autoridades. Mesmo que se localizem no hipercentro e sejam expulsos em alguns momentos, a pela facilidade de movimentação do equipamento lhes fornece a possibilidade sair e voltar quando necessário.

O salário médio mensal desses vendedores é geralmente menor que um salário mínimo. Porém, no verão ou em épocas de temperaturas mais elevadas, as vendas aumentam muito e alguns chegam a tirar mais de mil reais mensais, trabalhando pela manhã e tarde. Mas, ao mesmo tempo em que o calor aumenta as vendas, o inverno as diminui drasticamente, sendo quase impossível ver vendedores de picolés ou, mais recentemente, de iogurte gelado, nas ruas da cidade. Isso denota a influência das condições climáticas na vida das pessoas e, mais particularmente, na dos ambulantes que comercializam produtos de época.

Os outros tipos de alimentos têm uma porcentagem bem parecida entre si, sendo, numericamente, bem menor do que a venda de picolé ou de iogurte gelado. Isso acontece por vários motivos. Inicialmente, há maior dificuldade em relação à obtenção dos produtos para venda. É o caso do fruto pequi, por exemplo, que tem sua origem bem distante de Uberlândia, geralmente no norte de Minas Gerais onde, segundo os ambulantes, encontram-se os “melhores frutos” dessa árvore. Esses vendedores enfrentam uma rigorosa fiscalização por parte da prefeitura, por se localizarem principalmente no hipercentro da cidade. Por isso eles ficam visivelmente tensos e prontos para se evadirem na menor suspeita, para não tenham seus produtos apreendidos pelos fiscais, o que significaria um dia de trabalho perdido e um enorme prejuízo.

No caso das frutas frescas comercializadas, que são na maioria dos casos frutas da estação, não existe tanta dificuldade de obter esses produtos, visto a existência da CEASA de Uberlândia e das feiras livres. Porém, o preço que é comercializado nesses locais inviabiliza a venda dos mesmos na rua com uma boa margem de lucro. Por isso, nos dois casos identificados em campo, os vendedores eram os próprios produtores. Eles traziam as frutas diretamente de suas propriedades para serem vendidas *in natura*. Outro fato preponderante nesse caso é que esses vendedores têm pontos fixos nos bairros mais tradicionais da cidade, onde possuem uma clientela cativa. Essas frutas tem qualidade geralmente superior à encontrada nas feiras livres e, também, um preço mais elevado, tornando-se pouco acessível às famílias de menor renda.

No caso dos doces industrializados, como balas, chicletes, paçocas e pirulitos, tem-se uma baixa incidência de vendedores desse tipo nos locais observados. Essa situação é explicada pela concorrência exercida pelos estabelecimentos formais que

existem nos entornos e que praticam preços iguais aos dos ambulantes. Trata-se de produtos fáceis de achar em qualquer lugar, por isso não se configuram como um diferencial, o que é um dos fatores preponderantes para o sucesso de vários pontos do comércio informal. Esses vendedores conseguem um mercado melhor em eventos, onde eles acabam sendo a única opção dos frequentadores que, geralmente, estão dispostos a pagar um preço maior pelos produtos. Aproveitando-se disso os ambulantes costumam cobrar preços bem maiores do que normalmente são praticados.

A venda de algodão-doce também segue uma lógica parecida. Mas, nesse caso, a concorrência é alta pela concentração de ambulantes, uma vez que são poucos os estabelecimentos que comercializam esse tipo de doce. O lugar preferencial de vendas são em praças e outros locais de lazer com alta concentração de crianças, como nos dias de domingo na Praça Sérgio Pacheco. O baixo número de vendedores de algodão doce no gráfico se deu, pelo fato de que vários vendedores não quiseram responder o questionário. O mesmo ocorreu com os vendedores de batata frita, pipoca e espetos de carne. Porém, nesses casos o alto preço dos equipamentos para o trabalho também responde pelos baixos números obtidos.

Por fim, os vendedores de caldo de cana, que possuem algumas peculiaridades importantes em relação aos outros ambulantes e que oferece importantes questões para compreendermos o comércio ambulante de alimentos na cidade de Uberlândia. Primeiramente, os “garapeiros”, vendedores de garapa (o caldo da cana de açúcar), de rua respondem por quase todo o caldo de cana vendido na cidade. São pouquíssimos estabelecimentos formais que vendem esses produtos e além da venda na rua, os quais se encontram facilmente nas feiras livres.

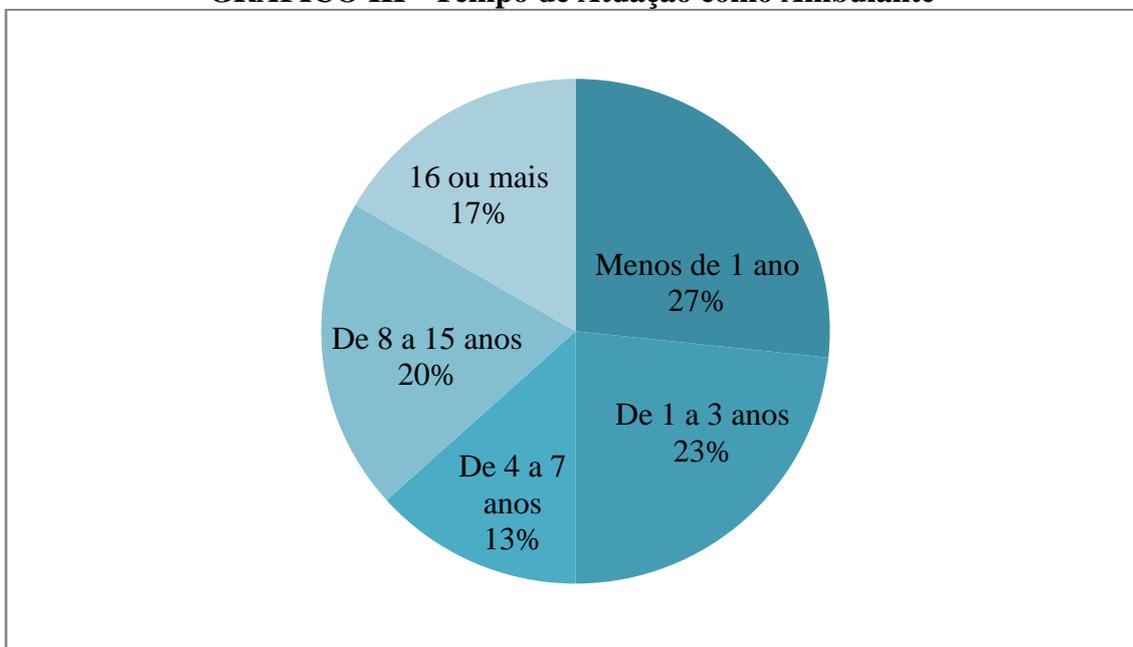
O alto preço do equipamento também limita muito o número deles na cidade. Esse equipamento é feito por empresas especializadas e fazem todo o trabalho de retirar o caldo. Porém, o retorno obtido pelos vendedores compensa esse investimento. Geralmente o dono do moedor, que trabalha diariamente, tem um rendimento maior que dois salários mínimos mensalmente. Em comparação com os outros produtos, o caldo de cana tem um bom valor agregado. Em alguns casos os trabalhadores também são terceirizados, ficando uma parte dos lucros para o dono do maquinário.

Os garapeiros costumam ter locais fixos na cidade, sempre em vias de grande movimento de carros e pedestres, porém, longe do centro onde a fiscalização é mais rigorosa. A exclusividade da venda de caldo pelos ambulantes também é um fato que auxilia os trabalhadores em relação à fiscalização. Por ser um produto difícil de

encontrar e que tem um grande apelo no meio da população à fiscalização tende a fazer “vista grossa” para que os vendedores continuem nos locais. Mas as reclamações dos ambulantes contra os fiscais estiveram presentes em todas as conversas informais feitas com eles, mesmo que de maneira sucinta por medo de alguma retaliação.

No gráfico 3 temos o tempo que os ambulantes atuam nesse mercado. Foi considerado desde quando começaram a atuar como ambulantes, independentemente se isso ocorreu já na cidade de Uberlândia ou não, se trabalhava com produtos diferentes dos atuais ou se atuou em outras profissões durante algum período. Portanto, o número total de ambulantes foi contabilizado desde o início do trabalho até os dias atuais. Com base nessas ressalvas foi construído o gráfico apresentado a seguir.

GRÁFICO III - Tempo de Atuação como Ambulante



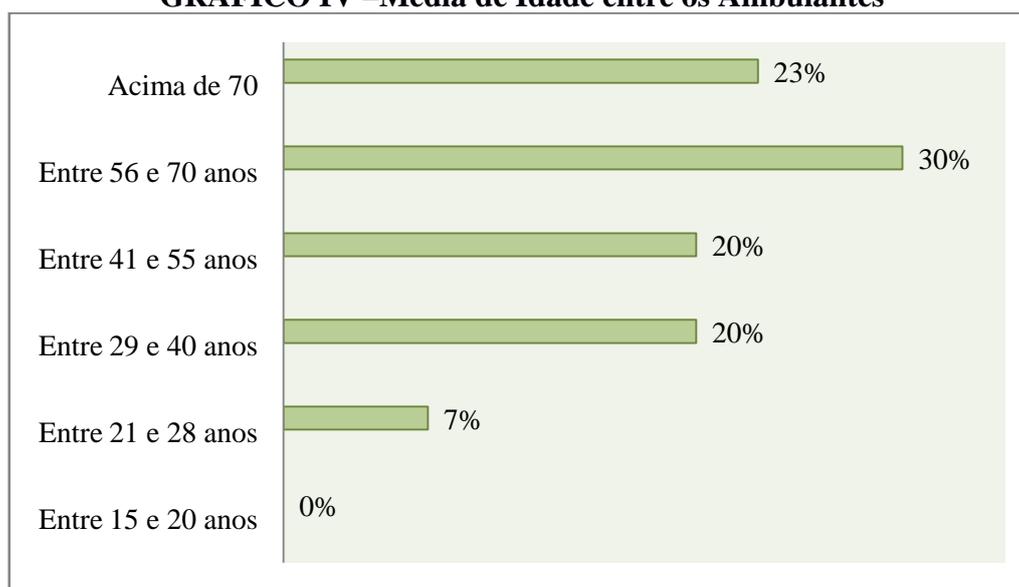
Fonte: Trabalho de Campo – dezembro/janeiro de 2011/2012.

Organização: ROSA, T. A. 2012.

Podemos observar uma presença relativamente equilibrada de todos os espaços de tempo. Existe um predomínio dos ambulantes mais “novos” com três anos ou menos de dedicação ao comércio informal. Porém, todas as outras parcelas tem boa representatividade, com destaque para os que já trabalham como ambulantes há mais de 16 anos. Essa faixa é, geralmente, composta de idosos e aposentados que buscam na informalidade uma renda complementar. Alguns trabalham há mais de 10 anos com o mesmo produto e frequentando os mesmos locais.

A pesquisa também revelou que a média da idade dos ambulantes fica concentrada na faixa de 30 a 70 anos, com predominância da faixa entre 56 e 70 anos. Observa-se também um grande número de trabalhadores com mais de 70 anos, estes são os que estão trabalhando para complementar a aposentadoria ou que ainda estão esperando para se aposentar. Não foram encontrados ambulantes com menos de 20 anos, apesar de que é uma realidade a existência de trabalhadores ambulantes até com menos de 15 anos.

GRÁFICO IV – Média de Idade entre os Ambulantes



Fonte: Trabalho de campo – Dezembro/Janeiro de 2011/2012.

Organização: ROSA, T. A. 2012.

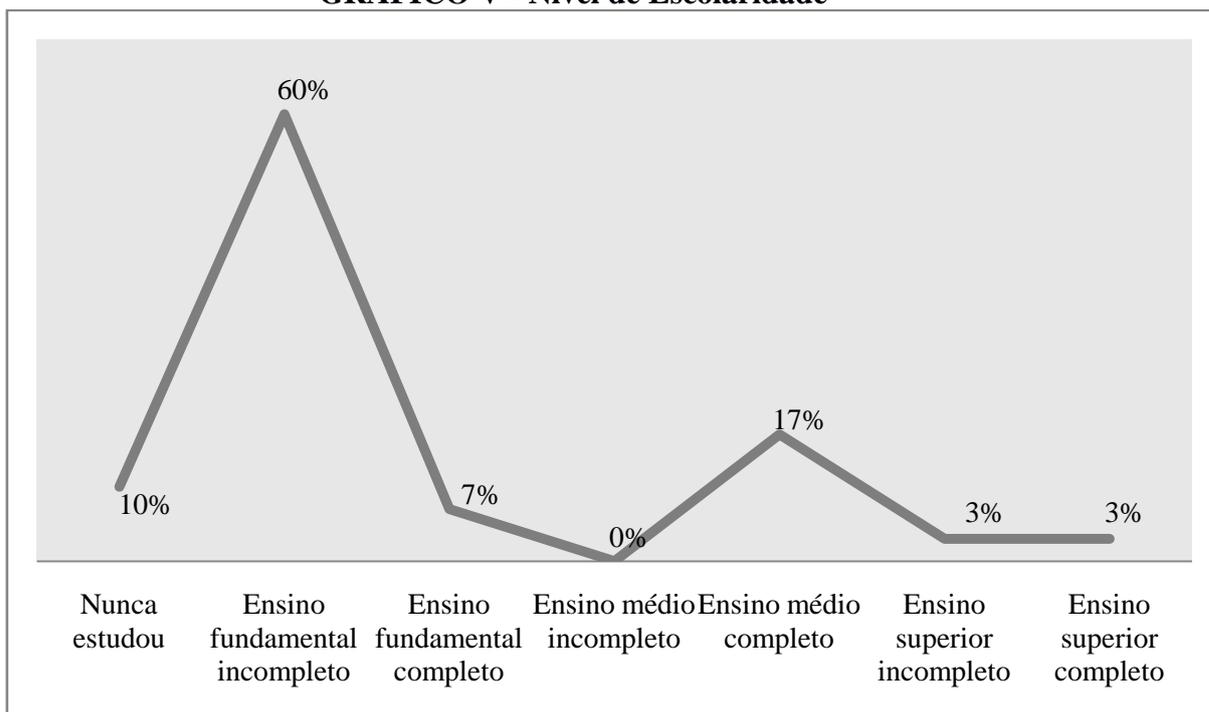
Todos os ambulantes entrevistados moram atualmente em Uberlândia. Entretanto, 63% deles são naturais de outras cidades. A maioria chegou à cidade há mais de 30 anos, sendo que a faixa mais representativa é no intervalo de 11 a 30 anos. Essa questão é explicada pelo grande fluxo migratório que a cidade recebeu a partir da construção de Brasília, que possibilitou Uberlândia se tornar uma importante cidade ligando São Paulo à capital Federal. Os últimos trinta anos representam o período de maior crescimento da cidade, o que a tornou muito atrativa para migrantes de cidades vizinhas. Porém, como já foi explicitado, a cidade não conseguiu absorver todo o fluxo de migrantes. Juntamente com o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores que chegavam esses migrantes tiveram de recorrer ao mercado informal para conseguir sobreviver na cidade.

É interessante observarmos também o predomínio masculino existente entre os ambulantes. O número de trabalhadores do sexo masculino é cinco vezes maior do que

o número de mulheres. A porcentagem de homens é de 83% enquanto que as mulheres são apenas 17%. As mulheres que trabalham como ambulantes vendendo alimentos o fazem geralmente para ajudar nas despesas da casa. Podemos associar esses dados com os números do estado civil dos entrevistados, onde se verifica que a maioria é casado, compondo 70%, enquanto os solteiros representam 20% e os viúvos 10%. Todas as mulheres entrevistadas ou eram casadas ou viúvas, não sendo nenhuma delas solteira. Com isso, podemos perceber um mercado dominado pelos homens, sendo menos acessível ou atrativo para as mulheres. A maior parte delas trabalha como ambulante para ajudar o cônjuge, em dois casos constatou-se que o mesmo também atuava como ambulante vendendo o mesmo produto que a mulher só que em outro local da cidade.

Outro aspecto elucidante sobre o perfil desses trabalhadores é o nível de escolaridade. Com essa informação podemos compreender qual o tipo de mão de obra é essa e porque ela não foi absorvida pelo mercado de trabalho formal.

GRÁFICO V - Nível de Escolaridade



Fonte: Trabalho de Campo – Dezembro/Janeiro de 2011/2012.

Organização: ROSA, T.A. (2012).

No gráfico5podemos observarumgrande predomínio daqueles que não completaram o ensino primário ou fundamental. Devemos considerar aqui que os dados foram adaptados, pois muitos dos entrevistados estudaram em escolas ou épocas onde a divisão do dos anos escolares era feita de forma diferente da que temos hoje.

Assim, aqueles com mais de 30 anos, que completaram o que podemos chamar de ensino fundamental, eram considerados com um bom nível escolar, sendo que o ensino médio tinha um perfil bem mais técnico e era voltado fundamentalmente para o ensino profissionalizante. Porém, para podermos analisar os dados de maneira geral consideraremos a época atual como base padrão para mensurar o grau de instrução desses trabalhadores.

Conforme se constatou, mais da metade dos ambulantes não completou o ensino fundamental e três entrevistados dizem nunca ter entrado em uma escola para estudar em toda vida. Isso exemplifica em grande parte o motivo desses trabalhadores terem de recorrer à informalidade para tirar o sustento. A pouca, ou nenhuma instrução, limita drasticamente o universo de empregos formais que eles podem ingressar. Desde a década de 1970 a cidade de Uberlândia apresentou um déficit de mão-de-obra, representando um grande enclave para o desenvolvimento. Com isso, a cidade ganhou ares de “terra de desenvolvimento” atraindo grandes levas de migrantes. Porém, as vagas que existiam eram, geralmente, para trabalhadores qualificados e específicos. O que levou muitas famílias a trabalhar nas ruas. Esse é o mesmo problema que tem sido verificado hoje, os empregos que existem exigem, em sua maioria, um grau de qualificação maior do que a maioria das pessoas pobres possui, por isso temos um aumento do desemprego e da informalidade.

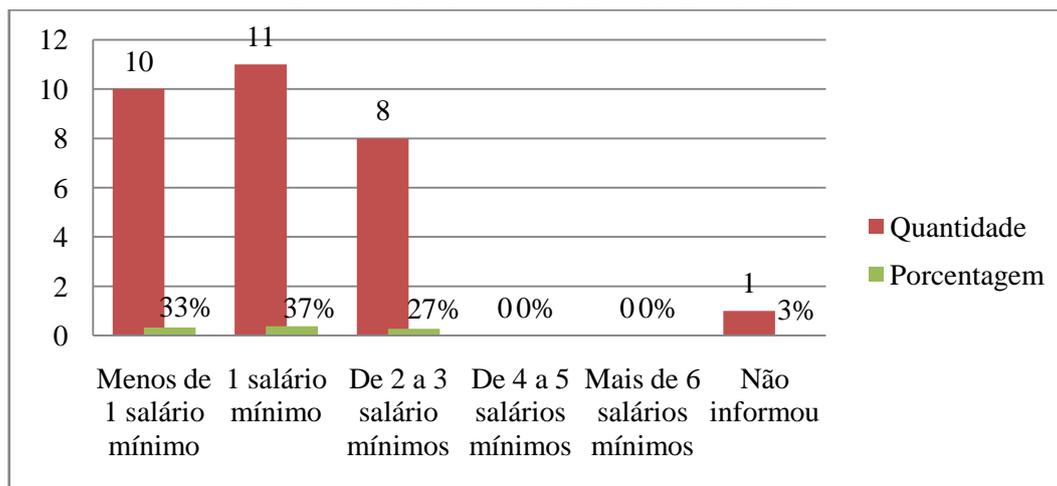
Outro ponto importante a ser ressaltado é o índice de trabalhadores com o ensino médio completo. Em tese, eles teriam acesso a melhores empregos, não necessitando trabalhar na informalidade. Em campo foi verificado que esses ambulantes geralmente atuavam nesse ramo como uma forma de bico enquanto esperavam outras oportunidades. Essa faixa de escolaridade trabalhava mais com a venda de picolés e iogurtes gelados, que oferece uma grande facilidade de início de trabalho imediato, sendo que os trabalhadores poderiam deixá-lo no momento oportuno.

Em campo também foram encontrados dois ambulantes com nível superior, sendo que um não o tinha concluído. Esses casos são ilustrativos, pois em um deles, o sobrinho de um ambulante que comercializava frutas frescas, teve de assumir o serviço depois da morte do tio, entretanto ele afirmou que seria apenas “por uns tempos”. No outro caso encontra-se um ambulante de picolés que afirmou ter iniciado um curso superior em sua antiga cidade, mas não pode concluí-lo devido à sua vinda para Uberlândia.

Todos esses fatores, escolaridade, tempo, tipo de alimento, idade, acabam interferindo, mesmo que indiretamente, na renda média dos trabalhadores. Nesse quesito pesa muito também as horas diárias e semanais de serviço. O levantamento mostrou que a maioria dos ambulantes trabalha de segunda a sexta ou também no sábado. Os dias úteis correspondem por 77% da carga horária semanal desses ambulantes. Alguns sentem a necessidade de trabalhar todos os dias da semana, nesses casos encontra-se maioria de aposentados, que segundo eles mesmos, “vão trabalhar pra não ficar parado em casa”. Em alguns casos, o domingo se configura como o dia de maior rendimento, esses são aqueles que voltam seus produtos para as crianças, oferecendo pipoca, algodão doce, batata frita e picolé nas praças com grande movimentação de crianças e acompanhantes, como é o caso da Praça Sérgio Pacheco, conforme já salientado.

Devemos considerar, também, o número de filhos entre eles, sendo que 80% deles afirmaram ter filhos ou dependentes. A quantidade de filhos mantém a média atual brasileira que é de dois filhos por casal. No caso dos entrevistados, 58% disseram ter um ou dois filhos, 21% afirmaram ter entre três e quatro filhos e, 8% de 5 a 6. Apenas em três casos foram relatados mais de sete filhos ou dependentes, o que representa um total de 10% dos entrevistados. Podemos observar, nesse último caso, as dificuldades de se sobreviver em uma cidade com um custo de vida elevado como Uberlândia trabalhando na informalidade e tendo de cuidar de uma família grande. Nesses casos observou-se o fato de que eram de pessoas com mais de 70 anos e que vieram da zona rural, mas que estão em Uberlândia há mais de 30 anos, como é registrado na maioria dos casos das pessoas com mais de 60 anos.

Com relação à renda, constatou-se que esta é bem homogênea. Não existem grandes variações, sendo que a renda dos ambulantes fica abaixo de dois salários mínimos. A maioria disse que chega a apenas um salário mínimo mensalmente e 33% disse que não consegue nem chegar a esse valor.

GRÁFICO VI – Renda Média Mensal

Fonte: Trabalho de Campo – Dezembro/Janeiro de 2011/2012.

Organização: ROSA, T. A. 2012.

Grande parte do problema do baixo rendimento pode ser explicado pela inconstância e imprevisibilidade de gastos e lucros. A renda varia muito de estação para estação e até de mês para mês, como no caso já citado dos vendedores de picolés. Em alguns dias os vendedores conseguem tirar um bom dinheiro, vendendo bastante, mas em outros dias não vendem nada e o dia então acaba ficando com prejuízo.

Os 27% que se situam entre dois e três salários mínimos são os que comercializam produtos com um bom valor agregado ou que já têm um público determinado. É o caso das frutas frescas que, quando produzidas pelo próprio vendedor, conseguem gerar um bom lucro, ou o do caldo de cana que, dependendo do lugar que o ambulante se localiza, também pode dar um bom retorno financeiro. Entretanto é necessário ressaltar novamente que esses são valores inconstantes, no caso das frutas, por exemplo, temos boas vendas e lucros dos vendedores na safra, porém na entressafra não existem produtos para serem comercializados, inexistindo renda.

FOTO I E II - Comércio Ambulante na Praça Sérgio Pacheco em Uberlândia – MG

Fonte: Trabalho de Campo – Outubro de 2011.

Autor: ROSA, T.A. (2012).

4. CONCLUSÃO

Torna-se cada vez mais necessário, devido ao constante crescimento das médias e grandes cidades brasileiras, pesquisas que buscam entender a dinâmica existente entre os personagens urbanos. Esses estudos devem, como prioridade, ajudar a desenvolver políticas públicas e sociais que beneficiem todos os segmentos da sociedade, organizando de maneira correta e equilibrada o mobiliário urbano e os recursos disponíveis.

Desse modo, a informalidade, que está nas raízes do próprio desenvolvimento comercial, desenvolve-se como um verdadeiro fato histórico, estando ligado essencialmente ao cotidiano atual das pessoas nas médias e grandes cidades do mundo. Por isso ela assume certo tom de normalidade principalmente nos centros das grandes cidades. Porém, mesmo com esse reconhecimento, que está mais no nível da necessidade, existem muitas dificuldades, preconceitos e desinformação nesse meio.

Mensurar a importância dessas atividades para a economia de uma cidade é uma tarefa bastante árdua devido à dinamicidade desse mercado e a falta de ferramentas eficazes para se utilizar juntamente com a metodologia. Porém, subestimar essa importância pode levar a consequências graves nas maneiras de conduzir políticas públicas orientadas para legalizar ou organizar essas atividades. Vários erros têm sido cometidos no momento de propor e solucionar problemas ligados ao comércio informal e a venda por ambulantes nas ruas das grandes cidades.

Os ambulantes se integram de tal maneira na vida diária das cidades que sua função e importância acabam sendo subestimada e taxada como sem importância. Mas

a quantidade de capital, produtos e serviços que giram em torno dessas atividades é algo considerável para a economia urbana, sendo ignorada pela falta de estudos técnicos por parte do poder público e abrangentes, indo além do simples interesse comercial e da necessidade do recolhimento de impostos. O que temos é uma pujança cultural e social que sustenta uma parcela significativa da população e supre nichos mercadológicos que, em geral, não seriam atendidos pelo comércio formal por não ser interessante economicamente ou mesmo viável para os grandes estabelecimentos.

Os ambulantes que vendem alimentos nas cidades contam com uma mobilidade que lhes permite alcançar os clientes nos locais mais eficazes e cômodos estando presentes em portas de escolas, de empresas, em grandes eventos festivos, nas ruas e avenidas mais movimentadas e na maioria dos locais onde exista um aglomerado de pessoas que necessitem dos serviços prestados por eles.

Apesar da procedência dos alimentos serem, na maioria dos casos, duvidosa, temos uma ampla aceitação ao consumo desses produtos. Vários fatores justificam esse acontecimento e vão muito além do valor, geralmente, mais baixo do que é praticado no comércio formal, como muitas pessoas supõem. Um dos fatores mais importantes é a praticidade no consumo. Em uma realidade em que a velocidade é cada vez mais exigida das pessoas é necessário que as relações se simplifiquem. O ambulante oferece essa praticidade, ao tornar desnecessário o deslocamento do consumidor até os empreendimentos formais. Também existe o fetiche pelos produtos naturais comercializados por alguns vendedores. É o caso, por exemplo, de bombons, salgados, sucos e quitandas em geral, que conquistam clientes “fíeis”, sendo que nesses casos a qualidade é o que leva a fidelização dos clientes e o sucesso do negócio.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANGO, C. A.; MISAS, M. A.; LÓPEZ, E. **Economia subterrânea em colômbia 1976-2003**: una medición a partir de la demanda de efectivo. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/docum/ftp/borra335.pdf>>. Data de acesso: 14 de Jul./2011.

BAGNASCO, A. A economia informal. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, V.18, n.2, p.13-31, 1997.

CLEPS, G. D. G. **COMÉRCIO INFORMAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM UBERLÂNDIA (MG)**. In: *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, V. 21, 2009.

_____. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas:** O comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005.

FREIRE, A. L. O. **O comércio tradicional e as transformações nas cidades.** São Paulo: USP, 1999, 273f. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, USP, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia Informal Urbana.** Rio de Janeiro, 2005.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. 248 p.

PILAGALLO, O.; DIWAN, P. **Comércio:** do mascate ao mercado. 1ª. ed, Folha de São Paulo, São Paulo, 2012.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Data de acesso: 03 de Jul./ 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **Economia Informal Urbana.** 2005.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: **Revista de Geografia,** São Paulo, (1): 01-18, 1991.